

- POLONOROESTE -

fundação instituto de pesquisas econômicas

Relatório de Avaliação da Situação
das Comunidades do Grupo Indígena
do Lourdes, os Gaviões (ICOM), os
Kara (Kara) e outros das áreas
autônomas e a Hidrelétrica Uçá. Lourdes

TERCEIRO E QUARTO RELATÓRIOS DA ÁREA INDÍGENA DO LOURDES

MAURO DE MELLO LEONEL JR.

AGOSTO - 1986

POLONOROESTE

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

TERCEIRO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DAS
COMUNIDADES DA ÁREA INDÍGENA DO LOURDES, OS
GAVIÃO (ICONEI), OS ARARA (KARO) E OUTROS
DISPERSOS OU AUTÔNOMOS E A HIDRELÉ-
TRICA DE JI-PARANÁ

Mauro de Mello Leonel Jr.

Agosto/86

INTRODUÇÃO

A retirada no ano passado dos invasores que se instalaram na A. I. Lourdes, entre 1980 e 1983, através do prolongamento de linhas do INCRA e da estrada do condomínio das fazendas lideradas pela Castanhal, constitui uma das grandes realizações do componente indígena do POLONOROESTE. Ao garantir os limites fixados por Decreto Presidencial, ademais de atenuar conflitos, o governo, ao assim agir, tende a desestimular futuras invasões.

O caso do Lourdes é, sob múltiplos aspectos, exemplar. Mostrou como a tolerância ou omissão com um pequeno núcleo de invasores termina por criar nas vizinhanças a ilusão de que o governo terminará por ser forçado, e por sua vez forçar os índios, a abdicarem de parte de suas terras, liberando-as à colonização.

O incidente começou com o "erro" de demarcação de um projeto do INCRA. Até hoje não foram apuradas responsabilidades. Atribui-se à empresa de demarcação, ao próprio INCRA e a omissão da Funai. O pano de fundo é, sem dúvida, um processo desordenado de colonização.

Das cerca de 700 marcações feitas no sul da A.I. do Lourdes, afinal apenas 49 colonos eram realmente desfavorecidos e caracterizados como os sem-terra a serem reassentados no quadro de Reforma Agrária. Os demais eram comerciantes e moradores da cidade de Ji-Paraná, que se aproveitaram da omissão da Funai em manter os limites da área indígena. Havia entre eles vários assalariados de madeiras e agropecuárias em ação de espoliação e grilagem; pequenos comerciantes, donos de farmácias, lojas e armazéns de Ji-Paraná; cabos eleitorais de políticos influentes no Estado de Rondônia; grileiros profissionais que lotearam, com papéis falsos, parcelas de terra indígena vendidas a migrantes ingênuos vindos do sul do país, e

até sindicalistas da cidade mal informados.

Os 49 colonos realmente desfavorecidos, considerados de boa-fé, foram reinstalados nos projetos Urupá e Machadinho. Receberam indenizações em dinheiro e, a produzirem em seus lotes, terão acesso aos títulos de propriedade, o que jamais obteriam em território indígena.

A solução nunca é melhor que prevenir conflitos deste tipo. É óbvio que os colonos não saíram totalmente satisfeitos. Deixaram aos índios várias plantações iniciadas, inclusive cafezais promissores. A Área Indígena do Lourdes oferece melhor acesso a Ji-Paraná, através de Nova Colina, do que o Projeto Machadinho. O atendimento à saúde é mais precário. Mas é mais fácil resolver estas questões com centros de saúde e estradas, do que prolongar a tensão entre índios e colonos no sul da área.

Outro aprendizado do caso Lourdes é a grave desinformação da população migrante, dos funcionários do próprio governo e dos políticos locais sobre os direitos indígenas. Nenhuma providência foi tomada neste sentido. Ao contrário, as invasões foram estimuladas em ano eleitoral, em 1982, e vemos agora a repetição em 1986. A retirada dos invasores demonstra também, que basta vontade política para resolver situações inclusive as altamente explosivas, como a do Lourdes.

I - NOVAS INVASÕES E MEDIDAS PREVENTIVAS

Os índios estão, evidentemente, aliviados com a retirada dos invasores. A medida trouxe nas populações vizinhas um maior respeito aos próprios índios e a suas terras. Mas atenção, vivem assim mesmo em clima de insegurança. No mês de abril, por exemplo, através de amigos em Ji-Paraná, foram advertidos que políticos da cidade, colonos e o próprio sindicato, preparavam nova invasão, com cerca de 50 homens armados.

Durante quarenta dias, em março e abril de 1986, exigindo a presença de funcionários da Funai, passaram em vigília, nas proximidades da porteira que dá acesso a estrada nova da Castanhal. Suas plantações atrasaram-se e o medo voltou. Estavam armados e bastante decididos. Os invasores desistiram.

Ao concentrarem-se, por orientação da Funai, em volta da estrada do condomínio Castanhal, os índios desguarneceram outros pontos da área. Os Arara(Karo), por exemplo, foram retirados da aldeia onde se agruparam em 1956, estimulados pelo Sr. Brígido e levados para as imediações da estrada nova da Castanhal, onde se concentravam várias famílias dos Gavião e de seus aparentados Zoró. O lugar é promissor, inclusive devido às plantações deixadas pelos colonos. Após alguns atritos com os Gavião, voltaram à aldeia antiga. Descobriram que havia novas invasões próximas à foz do Igarapé Prainha no Rio Machado ou Ji-Paraná e a partir da estrada velha do condomínio liderado pela Fazenda Castanhal.

Estes invasores voltaram a ameaçá-los e vêm exigindo uma nova intervenção decidida da Funai. Este novo incidente demonstra as consequências da vacilação e retardamento nas medidas preventivas já anteriormente decididas.

Nas invasões de 82-83 foram construídas novas, ou utilizadas as pontes já existentes sobre o Prainha. Ademais de pontes já existentes, as das estradas nova e velha do Condomínio Castanhal, várias estradas e pontes foram feitas nos prolongamentos ilegais ou fictícios das linhas 70 e 80 do projeto Nova Colina do INCRA. Tais pontes e estradas foram a via de acesso, inicialmente das madeireiras e mais tarde dos invasores que se apossaram das terras indígenas.

Entre medidas decididas para após a retirada dos invasores estava a de vigilância permanente destas pontes, ademais da criação de postos de vigilância. As equipes móveis jamais foram criadas ao nível das diversas delegacias da Funai abrangidas pelo POLONOROESTE. Os postos de vigilância também foram

esquecidos nas planilhas de planejamento.

Foi sugerido, na altura, que as pontes não úteis aos índios fossem simplesmente queimadas ou desmontadas. A medida também não foi implementada. Estas vias de acesso tornaram-se, assim, corredores permanentes de entrada e, se não forem vigiadas ou eliminadas, deixam a A. I. Lourdes crônicamente exposta a novas invasões.

II - A ESTRADA DO CONDOMÍNIO CASTANHAL

Convém relembrar que todas as dezesseis fazendas que se encontram entre a A.I. Lourdes, em Rondônia, e os limites da A.I. Zoró e A.I. Sete de Setembro (Suruí), pertenciam ao conjunto da primeira demarcação do Parque Indígena do Aripuanã. Constituem um "lobby" poderoso. Conseguiram em 1974 a redefinição do Parque Indígena do Aripuanã. Conservaram-se, assim, como um enclave entre os Tupi-Mondé, separando territorialmente os Gavião de seus parentes Zoró, Suruí e Cinta-Larga. Estes índios perderam, ainda na última década, centenas de milhares de hectares.

A fazenda Castanhal, liderando este grupo de agropecuárias (Catuba, Sta. Maria, São José, etc...) abriu inicialmente uma estrada em condomínio, atravessando a área indígena. Devido aos protestos dos índios, a estrada foi transferida mais para o sul da área, sempre atravessando as terras dos índios.

O condomínio Castanhal alega ter dificuldades para abrir a estrada no limite sul da área devido à topografia. Esta afirmativa nunca foi verificada pela Funai. Sabe-se que é mais cômodo cruzar a área indígena.

Tanto a velha, como a nova estrada do condomínio Castanhal sempre foram uma grave ameaça e corredor de invasões. É indispensável uma iniciativa da Funai exigindo que a estrada passe fora dos limites da área. Trata-se de uma estrada particular para escoamento de gado de corte em caminhões. São de

zenas de caminhões diários cruzando a área indígena, e não há razão para isto.

A Funai vem negociando informalmente com o condomínio certas indenizações pelo uso da estrada, como porteiras e a construção do Posto de Vigilância. As fazendas chegaram a mandar imprimir um cartão identificando seus empregados. Para estas agropecuárias, o limite com a área indígena serve como um tampão e evita que colonos invadam as próprias fazendas.

Nada disto é solução. O Estatuto do Índio não autoriza estes acordos informais, onde os índios não contam com assistência jurídica e antropológica. A estrada deve ter seu traçado modificado para fora da área. Os postos de vigilância devem ser financiados pelo POLONOROESTE, através de seu componente indígena, com recursos liberados pela SUDECO à Funai.

III - COLONIZAÇÃO DO MATO GROSSO

A Área Indígena do Lourdes situa-se no limite dos Estados de Rondônia com o de Mato Grosso. Está situada entre o Rio Machado ou Ji-Paraná e a Serra da Providência, que é o limite entre os estados. Após a Serra é Mato-Grosso, onde estão a maioria das fazendas do condomínio Castanhal.

A produção desta área limítrofe vem sendo escoada pela cidade de Ji-Paraná em Rondônia. O governo do Mato Grosso tem assim um litígio com o governo de Rondônia relativo à arrecadação de impostos. Para um maior controle, abriu um posto fiscal na estrada do Condomínio Castanhal, antes de entrar em Rondônia.

O governo do Mato Grosso, assim como o INCRA, estudam projetos de colonização e consequentes acessos por estrada ao corredor entre o Lourdes e os Zoró, Suruí e Cinta-Larga, onde estão as fazendas do condomínio Castanhal. Os conflitos fundiários são numerosos e violentos. Foi na Fazenda Catuba, a poucos quilômetros dos Suruí, onde se deu o assassinato do padre católi

co Ezequiel Ramin, mandado matar com dezenas de tiros desferidos por jagunços, a soldo de fazendeiros. A maioria destas fazendas não são tituladas, ou dispõem de títulos precários e até fraudulentos. Esta situação potencializa conflitos e pode-se prever um novo surto de invasões pelo Mato Grosso, a les-te somando-se a já difícil manutenção do limite sudeste em Rondônia. Quase todos os projetos de colonização limítrofes com área indígena, sem decididas medidas prévias, terminam em invasões que degeneram em conflitos, possíveis de evitar-se pela prevenção. Estes projetos agravarão também as ameaças sobre os Suruí, Zoró, o conjunto do Parque do Aripuanã e os índios do Rio Madeirinha, ainda autônomos provavelmente Tupi-Kawahib. Recentemente os índios do Lourdes retiraram alguns seringueiros que invadiram a área pelo Mato Grosso.

IV - MINERAÇÃO

A Funai necessita obter, com urgência, junto ao Ministério das Minas e Energia, a revogação de, pelo menos, três alvarás de pesquisa concedidos a empresas na Área Indígena Lourdes. Os detentores destes alvarás, segundo o estudo CEDI/CONAGE - 1986, são: CPRM, BRASCAN empresa Potiguara. Há de fato manganês na Serra da Providência, mas, segundo técnicos do DNPM, de exploração não rentável na próxima década. Há sinais de ouro, mas irrelevantes, sendo que todos os garimpeiros que entraram na A.I. Lourdes fracassaram.

V - ADMINISTRAÇÃO

Após o trágico suicídio do Chefe do Posto Indígena de Lourdes, no ano passado, houve uma nítida melhora administrativa. Os contatos com a 8a. Delegacia Regional intensificaram-se durante a retirada dos invasores e o Lourdes conseguiu quebrar o relativo isolamento em que vivia. Dispõe hoje de uma

caminhoneta para transporte extremamente útil aos índios, tanto no caso de doença, com nas compras e vendas em Ji-Paraná.

No entanto há numerosas questões mal resolvidas. A Área Indígena Lourdes deveria receber uma caminhoneta traçada, capaz de circular inclusive durante as chuvas. Recebeu uma Toyota, que, por misteriosos critérios foi trocada por uma outra, mais apta ao asfalto e à cidade do que às estradas de terra. Há anos os índios esperam também por um pequeno caminhão para transporte de mercadorias e uma Kombi para o transporte de doentes da Casa do Índio para o hospital. Apesar de sempre previstos nos planos orçamentários, nunca chegam aos índios.

Com relação ao pessoal administrativo, as lacunas continuam. O chefe de posto, apesar de jovem e dinâmico, técnico agrícola e já experimentado em postos difíceis como o P.I. Rio Branco, ainda não obteve o preenchimento dos cargos vagos. Com as dificuldades advindas da dispersão das aldeias previam-se três enfermeiros, há uma, faltam dois. Eram previstos três professores, há duas, falta uma.

Há anos fala-se também na criação de um posto separado no Lourdes e outro no sul da área, nenhuma providência foi tomada. Além dos numerosos cargos vagos, mal resolvidos ou indefinidos, há uma alta rotatividade do pessoal, provocada, em particular, pelos baixos salários.

Numerosas estradas foram abertas no sul da área pelos invasores em prolongamento das linhas do INCRA, sem falar nas duas estradas ilegalmente feitas pelo Condomínio Castanhal. Mas a estrada reivindicada pelos Índios, da sede do Lourdes a "linha 86" nunca saiu dos planos, embora insistam nela para atendimento a doentes e escoamento da produção.

Em matéria de equipamentos, pouca coisa foi feita. Os índios continuam reivindicando um barco de cinco toneladas, enquanto esperam a estrada, com um motor de centro de capacidade equivalente. Desejariam ainda um pequeno trator para agricultura e limpeza e máquinas para aumentar o valor de seus pro

duto, como a de seringa e a de café.

Os animais de carga com que o posto contava foram morrendo. Há hoje um único burro, doente. O transporte de seringa da mata para o rio ou a estrada tornou-se extremamente difícil. Os índios reivindicam 8 muares na aldeia do Lourdes, 4 na aldeia próxima à Triangulina e 4 na "linha 78" e na estrada da Castanhal. Gostariam ainda de contar com uma criação própria, iniciando-se com várias éguas, jumentos e cavalos, com o objetivo de tornarem-se auto-suficiente, com cerca de 25 animais.

VI - CONFLITOS INTERNOS

A Funai estimulou a concentração dos índios no sul da área. A medida foi justificada pela vigilância direta que a presença dos índios representava. De fato, a internalização deliberada dos índios ajudara os invasores ao desguarnecer os limites. Mas, neste caso, há vários complicadores a considerar.

Um deles é a diferença cultural e o passivo de confrontos, e até de mortes, entre os Gavião e Arara, não permitindo uma convivência demasiado próxima, salvo quando se uniram contra os invasores. Os próprios índios estão resolvendo a questão. Os Arara vão mudar da "linha 76" e da Estrada Nova da Castanhal para a estrada velha, no limite da área com a fazenda Triangulina. Pela iniciativa dos próprios índios, a questão parece encaminhar-se para uma solução.

O mesmo problema vem surgindo com os Zoró, apesar dos laços de parentesco. Aí também uma solução vem sendo estudada, com a transferência dos Zoró para o limite sudeste da área, com Mato Grosso.

Há dois cuidados a serem tomados nesta concentração ao sul da área. Além de aguçar conflitos latentes, traz uma convivência perigosa com os colonos vizinhos. Já houve incidentes de alcoolismo no armazém situado na periferia da área, na es-

trada de Nova Colina. Antigamente, os Arara já se encontraram com graves problemas deste tipo, quando moravam no Prainha, onde vão localizar novamente sua aldeia. Há que se evitar, assim, excessiva interferência da administração sobre a localização dos diferentes núcleos tribais ou familiares. E manter vigilância sobre a forma do contato mantido com os colonos vizinhos, relativamente à prostituição, alcoolismo e trocas comerciais.

VII - OS CAFEZAIS

As culturas herdadas dos colonos invasores, em particular o café, trouxeram grandes mudanças na vida tribal. Primeiro disputas internas pelo controle dos cafezais mais promissores. Depois a dificuldade de convivência entre os diferentes núcleos nos antigos lotes justapostos. As aldeias sempre foram dispersas e separadas por quilômetros, enquanto os colonos habitam-se facilmente a próxima vizinhança.

O mais grave é a alteração dos hábitos. Entusiasmados com a potencialidade monetária das culturas do branco abandonaram-se as formas tradicionais de sobrevivência, as roças familiares; a caça e a pesca. Ainda é cedo para considerar as consequências de um tal processo, semelhante ao dos Suruí, mas não se dará sem problemas e até a seringa, principal fonte de renda monetária, vem sendo relativamente abandonada. O café exige limpeza, cuidados, inseticida, e assistência técnica. Não é fácil adotar estes hábitos num curto espaço de tempo. Há agrônomos na Funai em Porto Velho e no Parque do Aripuanã, mas raramente são enviados para o Lourdes.

VIII - CASA DO ÍNDIO E SAÚDE

Eis uma outra situação chave, mal resolvida como as demais. A Casa do Índio de Ji-Paraná, como foi dito nos relató-

rios anteriores, foi construída pelos próprios índios. A Funai continua ignorando-a, assim como suas responsabilidades.

É indispensável abrir uma enfermaria de trânsito para os doentes, deixando assim a Casa do Índio para o trânsito para compra e venda. A enfermaria ficaria sob a responsabilidade da Funai e o centro de passagem com as comunidades.

Quanto à saúde, continua mal assistida. É indispensável resolver-se o atendimento em Ji-Paraná. A avaliação deve, nas próximas visitas a Rondônia, enviar profissionais de medicina para estudo de soluções adequadas.

IX - NÚCLEO DE APOIO

A enorme confusão administrativa da Funai, nos últimos anos, traz graves consequências, em particular para áreas isoladas como o Lourdes. Trocas trimestrais de presidente, geralmente sem planos concretos para a recuperação da instituição indigenista, o resultado é o descalabro. A idéia de ligar a 8a. D.R., de Porto Velho, à superintendência de Manaus, é mais uma prova da absoluta inexperiência e do desconhecimento destes reformadores de gabinete.

No antigo S.P.I. tentou-se, durante décadas, manter Rondônia, então Território do Guaporé, e o sul do Amazonas, subordinado a Manaus. Jamais funcionou. Ao contrário, com a construção da BR-364, as cidades do próprio sul do Amazonas, por exemplo, tornaram-se dependentes de Porto Velho. O próprio governo estadual tem dificuldades em administrar o sul do Amazonas. Com a BR-364, Rondônia melhor estaria como uma delegacia subordinada a Cuiabá, ou uma superintendência especial ligada ao P.M.A.C.I. e ao POLONOROESTE, programas especiais que praticamente respondem pelos orçamentos da Funai no norte de Mato Grosso, sul do Amazonas, Rondônia e Acre. A intermediação de Manaus, entre Porto Velho e Brasília, é desnecessária, onerosa e irresponsável. Tende apenas a aumentar, viagens aé-

reas e os custos de manutenção da já pesada máquina burocrática da FUNAI.

Assim como há confusão na administração central, também nebulosa é a situação do P.I. Lourdes. Não se sabe se ficará, na reforma, com a 8a. D.R., com Manaus, ou no Parque do Aripuanã, com Cuiabá. O P.I. Lourdes termina, por seu isolamento, por ser esquecido no planejamento. Recomenda-se a criação ali de um dos núcleos de apoio previstos na reforma, que atenderia os Gavião, Arara, Zoró, Tupi do Madeirinha, Uruku etc.. No sentido de contar com maior autonomia, mas conservando vínculos administrativos com Porto Velho.

X - OS DESALDEADOS, URUKU E PARINTINTIN

Os Gavião continuam recebendo informações sobre seus antigos inimigos, os Uruku dispersos pela região. Aceitam que sejam reintegrados no Lourdes. A avaliação tem repetidamente investido, para quê? O mesmo ocorreu com os Parintintin da outra margem do Rio Machado. Nenhuma medida foi planejada ou tomada para localizar os índios dispersos.

XI - TUPI-KAWAHIB DO MADEIRINHA

A Índia, denominada "Rita" pelos brancos, contatada pela equipe de avaliação da FIPE e pela OPAN, nas fazendas Central e Mudança, continuava na Casa do Índio de Ji-Paraná até maio, e agora está em Porto Velho. Após uma viagem fracassada, nada mais foi feito para localizar seus parentes. Os Gavião insistem em que conhecem a localização deste grupo. Recentemente a Polícia Federal descobriu um grupo de traficantes e plantadores de cocaína nestas fazendas. A frente colonizatória aproxima-se da região, sem que estes índios, autônomos na mata, tenham suas terras localizadas e garantidas pela FUNAI. Os índios apenas aproxima-se quando Rita está lá. A expedição fracassou porque foi feita sem a sua presença.

QUARTO RELATÓRIO DA ÁREA INDÍGENA DO LOURDES

A HIDRELÉTRICA DE JI-PARANÁ

Conforme advertimos em relatórios anteriores, a Eletro-norte, através da CNEC, prepara a construção de uma Hidrelétrica que inundará grande parte da Área Indígena do Lourdes. Após várias advertências, o CNEC pediu à equipe de avaliação do POLONOROESTE que indicasse um consultor para análise da questão. Foi indicado o antropólogo Rinaldo Sérgio Vieira de Arruda. No entanto, sabe-se, de antemão, que há pouca disposição da consultoria CNEC, da construtora e da Eletronorte, em mudar o aproveitamento de lugar. Os índios não querem negociar. As terras ao norte são do IBDF, a oeste de fazendas privadas. a leste há o Rio Machado e o sul está todo colonizado. Há que se estudar outros locais de aproveitamento. E o porquê de tantas barragens em Rondônia, Samuel, Ávila, JI-Paraná, sem falar nas futuras do Madeira, Aripuanã, Roosevelt e etc... A Funai deve acompanhar esta questão, oferecendo garantias aos assessores jurídicos antropológicos dos índios. Sobre o tema, algumas considerações elaboradas para o Plano de Recuperação Setorial(Energia), o PRS.

HIDRELÉTRICA JI-PARANÁ

Área Indígenas:

A.I. Tenharin, A.I. Igarapé Preto e A.I. Lourdes

Grupos indígenas:

Gavião (Iconen-Digut)	população	236
Zoró	população	30
Arara (Karo)	população	98
Tenharin	população	249 (POLONOROESTE 1984)

Grupos indígenas isolados:

Tupi - Rio Madeirinha

Desconhecidos - Nordeste de Rondônia

Grupos indígenas dispersos:

Uruku (Pulsos Vermelhos) Ji-Paraná

Tronco Linguístico:

Gavião (RO - Iconen/Digut) = Tupi-Mondé

Arara (Karo) e Uruku = Tupi-Rama-Rama

Tenharin e Tupi (Madeirinha) = Tupi-Kawahib

HISTÓRICO/CONTATO (PI-LOURDES):

Os Gavião e os Arara sempre viveram às margens do Ji-Paraná, não têm outra memória, salvo lendas de um período mítico, em que atravessaram um imenso rio, onde havia imensas pi ranhas, peixes perigosos como tubarões. Mas isto foi há milênios.

Quando os colonizadores ocuparam o Rio Madeira, foram muitos os confrontos dos Gavião e seus aliados Zoró com os se ringalistas. Viviam também em escaramuças com seus parentes longínquos, os Suruí (Paiter) e os Cinta-Larga.

O contato deu-se apenas nos anos 50, quando atacaram barra cos do seringal do Sr. Barros, situado na outra margem do rio. Num destes ataques, foram ludibriados pelo seringalista, que os surpreendeu por trás. Na verdade atacavam um barco vazio, seguro por uma corrente. Barros conseguiu capturar três jo vens, surpreendidos na tocaia. Dois fugiram, um apenas ficou com o Sr. Barros e foi por ele criado, e por sua esposa, D.Orquídea, muito estimada pelos índios, atualmente funcionária da Funai.

Através do jovem, vários outros índios aproximaram-se do

seringal, alguns dos mais jovens tornando-se seringueiros, nas terras da margem direita, ocupadas pelos Gavião. Alí aprenderam português.

Advertido, o SPI manteve contatos com os índios e para lá enviou a seita Novas Tribos (New Tribes), financiada pelos fundamentalistas do Sul do Estados Unidos. Durante 17 anos os missionários conviveram com os índios, interferindo em seu modo de vida. No final da década de 70, cansados, os Gavião os expulsaram. Apenas uma família ficou convertida, e seus parentes Zoró.

Todas as tentativas dos seringalistas de instalarem-se na margem direita do Ji-Paraná fracassaram, como os seringais do Sr. Firmino e da Da. Miuda.

Até os anos cinquenta, os confrontos dos Gavião e Zoró com os Arara e Uruku eram frequentes, ocasionando numerosas mortes. Os Arara terminaram também fazendo contato com o seringal do Sr. Barros, embora em conflito com os Gavião. O seringal e os índios sofreram ataques dos Suruí.

Em 1976, um falecido funcionário da Funai, Sr. Brígido, preocupado com a proximidade do contato dos Arara com os civilizados, aldeou-os acima do Igarapé Prainha. A FUNAI instalou-se na aldeia principal dos Gavião, no Igarapé Lourdes, visando "pacificar" os Zoró, que atacavam as empresas agropecuárias que pretenderam ocupar as terras dos índios, entre a Serra da Providência e o Rio Branco.

SITUAÇÃO DAS TERRAS:

A própria cidade de Ji-Paraná foi uma aldeia indígena. Em 1972, criou-se o Parque do Aripuanã, reunindo os grupos Tupi-Mondé, da margem direita do Ji-Paraná ao Roosevelt e Aripuanã. A pressão de vários grupos econômicos levou, em 1975, ao desmembramento dos Gavião e Arara dos Zoró, Suruí e Cinta-Larga. Entre os PI-Lourdes e o Parque do Aripuanã, instalaram-se 16

fazendas, e o P.I. Lourdes restringiu-se à faixa de terra entre o Ji-Paraná e a Serra da Providência.

Os índios perderam também a Gleba Tarumã, transformada na Reserva Jarú, do IBDF, onde até hoje mantêm aldeias e perambulações para abastecimento. Curiosamente, por razões até hoje não esclarecidas, a Reserva do IBDF não encosta no Rio Ji-Paraná ou Machado, como seria de se esperar.

INVASÕES:

Há décadas, diferentes ondas de colonos tentam invadir o P.I. Lourdes. A ameaça mais séria ocorreu em 1984. De 1981 a 1984 cerca de 50 famílias instalaram-se ao sul da área, 37 por um erro do INCRA, às vésperas da campanha eleitoral de 1982.

Em torno destas invasões, centenas de moradores de Ji-Paraná, inclusive o proprietário da farmácia e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, fizeram "marcações" no P. I. Lourdes. Estimulados por políticos, pretenderam a entrega de um terço da área para colonização.

Os índios atacaram os colonos, fazendo 17 reféns. A intervenção da Funai evitou mortes. Após uma custosa e difícil operação, os invasores foram retirados. Recentemente tentaram voltar, sendo impedidos pelos índios, que, advertidos, os esperavam na ponte. Entre os invasores encontravam-se empregados de madeireiras. As ameaças sobre o P.I. Lourdes poderão continuar, devido a sua proximidade de Ji-Paraná, e da BR-364, o que valorizou suas terras, situadas parcialmente em uma das raras manchas férteis de Rondônia.

MINERAÇÃO:

Diversas invasões, por garimpeiros, verificaram-se no P. I. Lourdes, sendo a mais importante delas uma lavra aberta ao Sul da área, sendo maiores resultados. Há, de fato, uma reser

Acervo ISA
va de magnésio na Serra da Providência, mas não ouro, como su punham os garimpeiros. Assim mesmo, há vários alvarás de pesquisa a serem revogados: um ao próprio CPRM (Conselho de Pesquisas de Recursos Minerais), à BRSCAN e à empresa Potiguara. A reserva de magnésio, segundo parecer técnico, não é rentá vel, ao menos no momento.

ELETRONORTE/FUNAI:

Sem maiores considerações, ou porquês, a Funai autorizou a Eletronorte, através de sua consultora CNEC, associada à Ca margo Correa, a realizar pesquisas na área. O helicóptero da consultora foi apreendido pelos índios. Por pressão da Funai, os índios terminaram por permitir as pesquisas, embora sem compreenderem do que se tratava, e em troca do transporte de alguns doentes à cidade, de difícil acesso na seca.

A SUDECO, do Ministério do Interior, pediu à Eletronorte que informasse sobre seus propósitos no Rio Machado. Através de um ofício, a Eletronorte negou que planejasse um aproveita mento no Rio Machado.

Segundo a Eletronorte, a barragem, em sua primeira fase, atingiria 10.600 Ha, 5,7% do P.I. Lourdes, inundando parcialmente as duas principais aldeias dos Gavião e Arara. O próprio Igarapé Lourdes seria inundado.

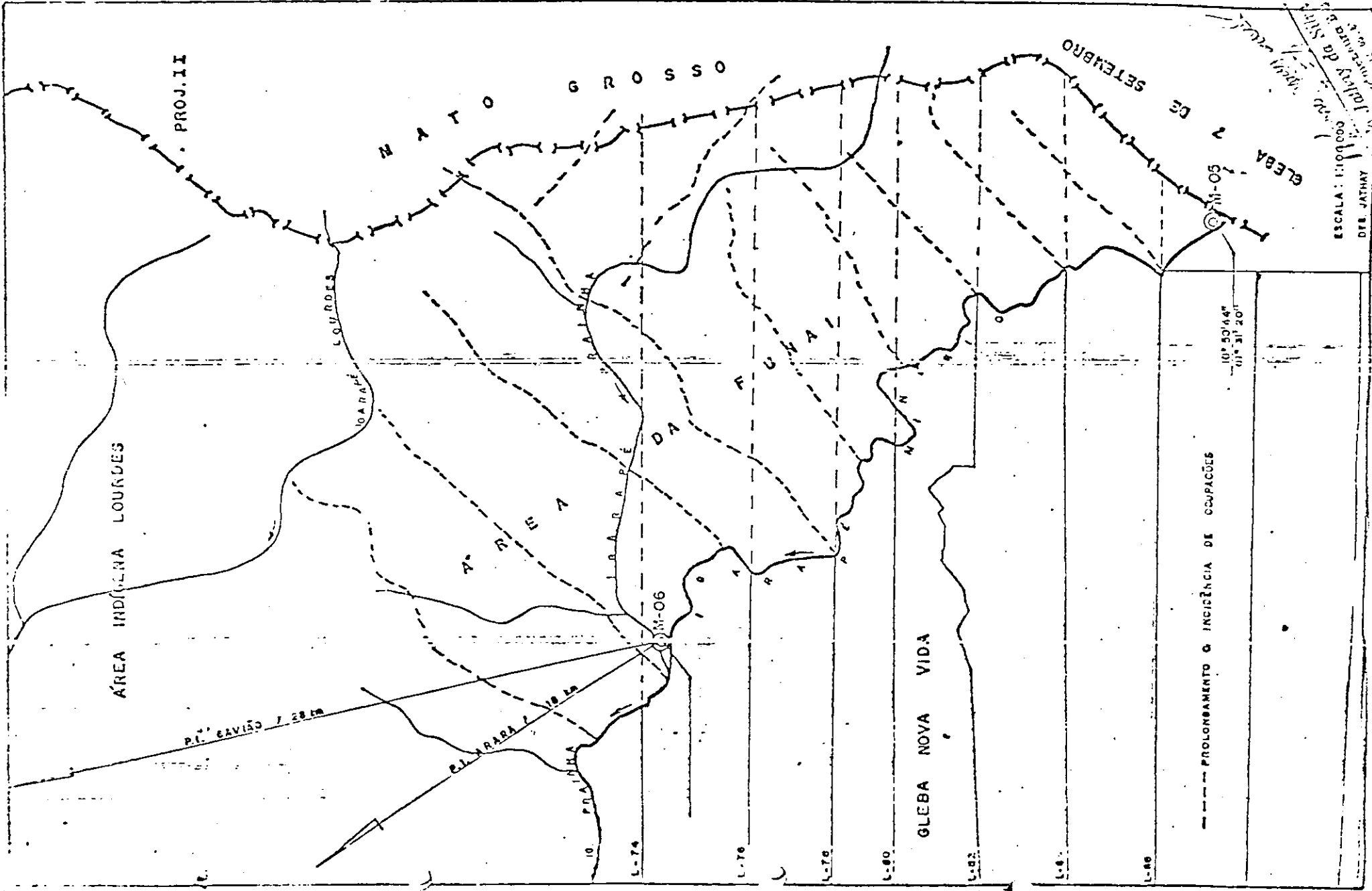
Não há estudos convincentes de ausência de alternativas, e tão pouco da inter-relação desta hidrelétrica com as demais previstas na região, como as UHEs Samuel e Ávila.

As pesquisas são feitas a toque de caixa. Uma estrada e vários barracões já foram construídos acima do P.I. Lourdes, na outra margem do Rio Machado ou Ji-Paraná. As pesquisas es tão custando milhões de dólares, na mesma tática de torná-las irreversíveis. Serão inundados igualmente projetos de colonização do INCRA, recentemente instalados e altamente custosos aos cofres públicos.

Nenhum estudo foi feito sobre os impactos sócio-econômicos e antropológicos de um tal empreendimento. Os índios são contrários à obra, inclusive porque o Rio Machado, e o Igarapé Lourdes, têm importância religiosa. Nas margens do Ji-Paraná há seringais e acampamentos de caça, além de ali abastecerem-se, durante a seca, em peixe.

RECOMENDAÇÕES:

1. Suspensão de qualquer atividade da Eletronorte, ou Consultoras, antes do estudo de alternativas, e do estudo de impacto sobre os índios. Impedir o propósito de torná-la irreversível.
2. Contratação de advogados e antropólogos para assessorar os índios em quaisquer negociações.
3. Completa informação aos índios sobre o empreendimento.
4. Defesa da área contra novas invasões.
5. Reagrupamento dos Uruku dispersos na área.
6. A CNEC e Eletronorte estão começando a aceitar discutir o impacto sobre o P.I. Lourdes, mas se esquecem de que a segunda fase do Projeto atingirá mais duas áreas, Tenharin e Igarapé Preto. Não vêm considerando igualmente os efeitos da obra sobre os grupos arredios na confluência das fronteiras de Rondônia, Amazonas e Mato Grosso, como é o caso dos Tupi do Madeirinha.



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 Diretoria de Estatística Territorial
 Serviço de Levantamento Topográfico
 DEB JATHAY
 ESCALA: 1:100.000
 10° 50' 44"
 01° 31' 20"